

Sumário

Apresentação	9
CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO	
Prefácio	11
ESTEVÃO HORVATH	
Introdução	17
Metodologia e geolocalização do leitor	19
1. O Estado Federal	21
1.1. Considerações iniciais	21
1.2. Federalismo na história: uma brevíssima recapitulação	23
1.2.1. Estados Unidos da América	23
1.2.2. Da experiência norte-americana à República Federativa do Brasil	26
1.3. Noções preliminares	31
1.3.1. O que, afinal, é federalismo?	31
1.3.2. O que, afinal, é Estado Federal?	35
1.4. Pressupostos dos Estados federalistas	36
1.4.1. Autonomia dos entes federados	39
1.4.1.1. Facetas preeminentes da autonomia dos entes federados	42
1.4.1.2. Faceta subjacente da autonomia dos entes federados	47
1.4.2. Separação de poderes	51

1.4.3.	Repartição de competências	55
1.4.4.	Rigidez constitucional	56
1.5.	Tipos de federalismo e a Federação brasileira	58
1.5.1.	Centrípeto e centrífugo	60
1.5.2.	Dual e cooperativo	63
1.6.	A dupla dimensão normativa do Estado Federal brasileiro	67
1.6.1.	Estado Federal e suas regras jurídicas	69
1.6.2.	Estado Federal e seu princípio jurídico	73
1.7.	Conclusões parciais	81
2.	As competências tributárias	85
2.1.	Considerações iniciais	85
2.2.	Competências: conceito e implicações	86
2.2.1.	Classificação	89
2.2.1.1.	Quanto ao vínculo com os Poderes	89
2.2.1.2.	Quanto à vinculação aos entes federados	89
2.2.1.3.	Quanto à forma	90
2.2.1.4.	Quanto ao conteúdo	90
2.2.2.	Competências como veículo normativo de expressão federativa	93
2.3.	Competências tributárias: significado	97
2.4.	Competências tributárias: conceitos ou tipos?	101
2.4.1.	Competências tributárias como conceitos	103
2.4.2.	Competências tributárias como tipos	105
2.4.3.	A Federação como exigência de competências tributárias conceituais	107
2.5.	As características das competências tributárias	115
2.5.1.	Privatividade	116
2.5.2.	Indelegabilidade	118

2.5.3.	Incaducabilidade	119
2.5.4.	Inalterabilidade	121
2.5.5.	Irrenunciabilidade	124
2.5.6.	Facultatividade	125
2.5.7.	A teoria das características aqui proposta	131
2.6.	A unidimensionalidade normativa das competências tributárias	132
2.7.	Conclusões parciais	139
3.	As condicionantes à reforma constitucional	141
3.1.	Considerações iniciais	141
3.2.	Condicionantes ostensivas à alterabilidade das competências tributárias	142
3.2.1.	A definição de "federalismo" inscrita na Constituição	143
3.2.2.	A preservação dos pressupostos dos Estados federalistas	146
3.2.2.1.	A preservação da separação de poderes	147
3.2.2.2.	A preservação da repartição constitucional de competências	149
3.2.2.3.	A preservação da autonomia dos entes federados	151
3.2.2.4.	A preservação da rigidez das competências tributárias	165
3.2.3.	A centralidade da Federação nacional	166
3.2.4.	O Estado Federal cooperativo	169
3.2.5.	As dimensões normativas da Federação	173
3.2.5.1.	As regras que compõem a Federação	174
3.2.5.2.	O princípio federativo	177
3.3.	Condicionantes latentes à alterabilidade das competências tributárias	180

3.3.1.	A multiplicidade material das competências e o fim das tributárias	181
3.3.2.	O necessário significado conceitual das competências tributárias	184
3.3.3.	As características das competências tributárias	186
3.3.3.1.	Exclusividade	187
3.3.3.2.	Incaducabilidade	188
3.3.3.3.	Alterabilidade	189
3.3.3.4.	Irrenunciabilidade	190
3.3.4.	A unidimensionalidade das competências tributárias	191
3.3.5.	As competências como "dever-poder"	193
3.4.	Conclusões parciais	198
	Conclusão	199
	Referências	203